

Por não pagar GEAT aos aposentados

SINPOL PEDE PRISÃO DO SECRETÁRIO SÉRGIO RUY

Os advogados do SINPOL pediram ao Juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Carlos Gustavo Vianna Direito, a prisão do Secretário de Planejamento e Gestão Sérgio Ruy Barbosa pelo não cumprimento da Sentença e Acórdão do referido juízo, que determinam o pagamento da GEAT para os aposentados, pensionistas e policiais da ativa que se encontravam de férias ou de licença enquanto a gratificação era paga à categoria.

Quando o governo concedeu aos policiais civis a GEAT, extinta em 2001 pela Lei 3586, deixou de fora os aposentados, e os colegas que estavam de férias ou licença. Imediatamente o SINPOL entrou com Ação Ordinária contra o Estado com sentença favorável. O processo se encontra em execução e o Estado já citado, inclusive com as custas já recolhidas.

PROCRASTINAÇÃO

O jurídico do SINPOL diz que o Juiz, “ciente da evidente procrastinação desencadeada pelo Estado, em JULHO DE 2009, determinou a intimação do Exe-



Sérgio Ruy (E) pode ser preso se não pagar a Geat dos aposentados

cutado para cumprir o acórdão sem mais delongas, sob pena de multa diária”. E que o Estado “quer novamente conduzir o Juízo a erro, conforme fez, quando este

Juízo proferiu a Decisão, às FIs. 331, que foi rechaçada pela Décima Terceira Câmara Civil, na Apelação 2007.001.50974, às FIs. 364/367”.

PLANILHA ESTÁ NOS AUTOS

O Estado alega também que “em se tratando de verbas pecuniárias pretéritas supostamente devidas pelo Estado, há de ser acostada planilha pela parta autora com a quantia global atualizada que entende como devida”. Enquanto o SINPOL requer que a “execução prossiga em consonância com a planilha já acostado nos autos, às FIs. 273/314, uma vez que os valores encontram-se em UFIR’s, e às FIs. 385/415 consta a matrícula de cada servidor”. Isso mostra claramente o que Estado faz com o policial civil - descumpra até decisão judicial - afirmação feita ano passado pelo presidente do sindicato, Fernando Bandeira, ao secretário Sérgio Ruy, numa audiência pública, na ALERJ, na presença dos deputados Paulo Ramos (PDT), Wagner Montes (PDT), entre outros.

Demolição do laserj é ilegal e imoral



Funcionários do laserj decidiram salvar o hospital

Para a presidente da Associação de Funcionários do Laserj, Mariléa Ormond, tanto a doação quanto a demolição do Instituto são atos “ilegais, inconstitucionais e imorais”. “O Laserj, criado em 1932, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do País, teve as suas unidades erguidas e equipadas através das contribuições compulsórias dos servidores (2% do salário). Pela Constituição do Estado, e por lei específica, ele pertence de fato e de direito a estes trabalhadores, sendo, portanto, a doação do prédio feita pelo governador ao Instituto Nacional do Câncer (Inca, ilegal”, ressaltou Mariléa. Ela esclareceu ainda que a grande reivindicação dos servidores nesse momento é que o Laserj não tenha sua

sede central, na Rua Henrique Valadares, na Cruz Vermelha, Centro, demolida.

De acordo com informações obtidas pela comissão, no lugar da sede do instituto será construído um campus do Inca. “Apesar de pertencer aos servidores, o prédio do Laserj, onde funcionam várias especialidades médicas, foi doado ao Instituto do Câncer sem consulta aos servidores do Estado”, lamentou Mariléa. De acordo com o deputado Paulo Ramos (PDT), membro da comissão, o Laserj vem sendo sucateado e, no momento, sofre a ameaça de desaparecer. “É um patrimônio dos servidores públicos do estado, pois eles são os verdadeiros donos do Instituto. Por isso, defendo

que o secretário de Saúde nos dê uma resposta”, frisou.

No dia 16 de junho funcionários do Laserj fizeram assembleia para decidir qual postura tomar mediante a demolição. A grande maioria se mostrou indignada com a política de Sérgio Cabral e planeja atos de resistência. Baiana Campos Xavier trabalha há 32 anos no Instituto achando um absurdo o que está pra acontecer: “Sérgio Cabral tem que ser penalizado. O Laserj é do servidor público desde 1918 e sobrevive com o nosso dinheiro: foi doação de Pedro Ernesto e não pode ser passado a frente. Nós queremos o que é nosso! No momento em que os americanos lutam por um plano de saúde público, Cabral destrói o serviço de saúde do Rio. Aqui é tudo terceirizado.”



Mariléa Ormond decepcionada com Sérgio Cabral



No Rio, o Sinpol participou de duas carreatas promovidas pela Assinap

VICIADO CONTINUA FINANCIANDO O TRÁFICO

O papiloscopista Gemerson Henrique Dias, diretor do SINPOL, costuma enviar cartas aos jornais que são publicadas com frequência. Em junho de 2005, O Dia publicou sua carta que continua muito real nos dias de hoje.

Usuários são acionistas do tráfico

Mais um policial é executado por bandidos numa falsa blitz. No enterro, o que mais revoltava seus colegas era a ausência de qualquer representante do governo ou dos direitos humanos. Os consumidores de drogas tornam-se acionistas do tráfico e são os principais responsáveis pela degradação de suas famílias, balas perdidas, morte de inocentes e execuções sumárias de agentes da lei. Por co-autoria, deveriam ser enquadrados com penas tão pesadas, ou mais, quanto aquelas apli-

cadas aos traficantes. Este tema deve ser motivo de uma ampla discussão em escolas, clubes, condomínios e por todos os segmentos da sociedade de forma explícita e desvinculada de qualquer política partidária. Caso contrário, a cada crime de repercussão, estaremos bancando palhaços de branco ao promover passeatas pelas ruas da zona Sul, pedindo paz para o comércio das drogas e o fim da guerra entre os traficantes.

Gemerson Dias
Centro